

O PROJETO SOCIAL PMZITO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES

THE PMZITO SOCIAL PROJECT AS A PRIMARY PREVENTION STRATEGY: AN
ANALYSIS OF MILITARY POLICE OFFICERS' PERCEPTIONS

EL PROYECTO SOCIAL PMZITO COMO ESTRATEGIA DE PREVENCIÓN PRIMARIA: UN
ANÁLISIS DE LA PERCEPCIÓN DE LOS POLICÍAS MILITARES

Alexandre José de Oliveira Fernandes¹
Alcebíades Pereira da Silva Neto²
Ismael Washington Pinto de Melo³
Pedrina Oliveira de Sousa Aires⁴

RESUMO: Este artigo buscou analisar a percepção dos policiais militares da Polícia Militar do Pará acerca do Programa PMZITO como estratégia de prevenção primária no enfrentamento da criminalidade. O estudo parte da compreensão de que a segurança pública contemporânea demanda a incorporação de ações preventivas, especialmente voltadas à formação cidadã de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, realizada com 100 policiais militares, por meio da aplicação de questionário estruturado. Os resultados evidenciaram elevado nível de conhecimento sobre o programa, porém com fragilidades relacionadas à compreensão de seus fundamentos, baixa participação nas atividades e limitações na sua internalização institucional. Observou-se, ainda, que a maioria dos respondentes reconhece o PMZITO como estratégia de prevenção primária e de polícia comunitária, alinhada às diretrizes contemporâneas da segurança pública. Conclui-se que o programa possui elevado potencial para contribuir com a missão institucional da Polícia Militar do Pará, sendo necessário fortalecer sua implementação por meio da capacitação da tropa, ampliação da participação e melhoria da comunicação institucional.

Palavras-chave: Segurança pública. Prevenção primária. PMZITO. Polícia Militar. Polícia comunitária.

¹Graduado em Segurança pública- UNITER, Pós-graduado em Assistência sociojurídica e segurança pública, FAVENI.

²Graduação - Tecnólogo em Segurança Pública, Universidade Estácio de Sá, Pós- direito penal. UNIFATECIE.

³Cursando tecnologia em segurança pública pela faculdade: UNIFATECIE.

⁴Pós-graduação em educação especial e inclusiva, faculdade Intercultural da Amazônia (FIAMA).

ABSTRACT: This article aimed to analyze the perception of military police officers from the Military Police of Pará regarding the PMZITO Program as a primary prevention strategy in combating crime. The study is based on the understanding that contemporary public security requires the incorporation of preventive actions, especially those aimed at the civic education of children and adolescents in situations of social vulnerability. This is a quantitative and qualitative study, of a descriptive and exploratory nature, conducted with 100 military police officers through the application of a structured questionnaire. The results revealed a high level of knowledge about the program; however, weaknesses were identified regarding the understanding of its principles, low participation in activities, and limitations in its institutional internalization. It was also observed that most respondents recognize PMZITO as a primary prevention and community policing strategy, aligned with contemporary public security guidelines. It is concluded that the program has strong potential to contribute to the institutional mission of the Military Police of Pará, making it necessary to strengthen its implementation through training of personnel, increased participation, and improved institutional communication.

Keywords: Public security. Primary prevention. PMZITO. Military Police. Community policing.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar la percepción de los policías militares de la Policía Militar del Estado de Pará sobre el Programa PMZITO como estrategia de prevención primaria en el enfrentamiento de la criminalidad. El estudio parte de la comprensión de que la seguridad pública contemporánea requiere la incorporación de acciones preventivas, especialmente orientadas a la formación ciudadana de niños y adolescentes en situación de vulnerabilidad social. Se trata de una investigación de enfoque cuantitativo y cualitativo, de carácter descriptivo y exploratorio, realizada con 100 policías militares mediante la aplicación de un cuestionario estructurado. Los resultados evidenciaron un alto nivel de conocimiento sobre el programa; sin embargo, se identificaron debilidades en la comprensión de sus fundamentos, baja participación en las actividades y limitaciones en su internalización institucional. Asimismo, se observó que la mayoría de los encuestados reconoce el PMZITO como una estrategia de prevención primaria y de policía comunitaria, alineada con las directrices contemporáneas de la seguridad pública. Se concluye que el programa presenta un alto potencial para contribuir a la misión institucional de la Policía Militar del Estado de Pará, siendo necesario fortalecer su implementación mediante la capacitación del personal, el aumento de la participación y la mejora de la comunicación institucional.

Palabras clave: Seguridad pública. Prevención primaria. PMZITO. Policía Militar. Policía comunitaria.

INTRODUÇÃO

A segurança pública contemporânea tem passado por transformações relevantes, especialmente no que se refere à superação de uma lógica exclusivamente repressiva e à incorporação de estratégias preventivas voltadas ao enfrentamento das causas sociais da criminalidade. Nesse contexto, a prevenção primária assume papel de destaque por atuar antes da ocorrência do delito, mediante ações educativas, comunitárias e formativas capazes de

fortalecer vínculos sociais, estimular valores de cidadania e reduzir fatores de risco, sobretudo entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (SECCHI, 2013). Tal perspectiva está alinhada aos modelos contemporâneos de policiamento orientado à comunidade, que defendem a atuação integrada entre polícia e sociedade como elemento central para a redução sustentável da criminalidade (BAYLEY, 2001; RATCLIFFE, 2016).

No âmbito da Polícia Militar do Pará (PMPA), essa abordagem encontra materialização no Programa PMZITO, institucionalizado como política de caráter preventivo e reconhecido como atividade-fim da Corporação. Conforme estabelecido na Portaria nº 50/2022 – GAB CMDº, o programa possui características de prevenção primária e tem como finalidade contribuir para a formação cidadã de crianças e adolescentes, por meio de conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentadas nos direitos humanos e na filosofia de polícia comunitária (PARÁ, 2022). A própria regulamentação estabelece que todos os projetos sociais preventivos desenvolvidos pela PMPA com esse público passam a ser denominados “Projeto PMZITO”, reforçando seu caráter organizador, padronizador e estratégico no interior da instituição. De acordo com a normativa institucional, destaca-se “O Programa [...] possui características de prevenção primária e constitui-se atividade-fim da Corporação, com a finalidade de contribuir com a formação cidadã de crianças e adolescentes” (PARÁ, 2022, art. 1º).

3

A pertinência teórica e institucional do tema decorre do fato de que o PMZITO não se limita a uma ação assistencial isolada, mas integra uma concepção ampliada de segurança pública, orientada à prevenção, à cidadania e à proximidade com a comunidade. Nesse sentido, a Portaria nº 50/2022 estabelece ainda uma malha curricular obrigatória composta por conteúdos como ética e cidadania, direitos humanos aplicados, Estatuto da Criança e do Adolescente, prevenção ao uso de drogas, educação ambiental, educação para o trânsito e noções de primeiros socorros, evidenciando que o programa possui base pedagógica estruturada e finalidade formativa claramente definida. Tal configuração reforça a compreensão de que a prevenção da criminalidade exige intervenções multidimensionais, articulando educação, inclusão social e participação comunitária.

No plano operacional, o programa apresenta evidências concretas de implementação nas unidades da PMPA, com destaque para ações desenvolvidas no 1º Batalhão de Polícia Militar, incluindo planejamento sistemático das atividades, acompanhamento de participantes e execução de práticas educativas e formativas. Ademais, a realização de cursos específicos, como o III Curso de Monitor PMZITO, demonstra a preocupação institucional com a capacitação

dos policiais militares para atuação em projetos sociais, evidenciando que a prevenção demanda preparo técnico, pedagógico e relacional dos agentes executores.

Entretanto, apesar da robustez normativa, pedagógica e operacional do programa, impõe-se uma análise crítica acerca de sua efetividade no âmbito institucional. A literatura sobre políticas públicas aponta que a fase de implementação constitui um dos principais desafios, uma vez que depende diretamente do nível de compreensão, adesão e engajamento dos atores envolvidos (SECCHI, 2013). Nesse sentido, não se pode presumir que a existência formal do Programa PMZITO garanta, por si só, sua plena internalização pelos policiais militares. A distância entre a norma e a prática institucional pode comprometer o alcance dos resultados pretendidos, especialmente em políticas que dependem diretamente da atuação dos agentes executores.

Dessa forma, emerge a necessidade de investigar a percepção dos policiais militares acerca do Programa PMZITO, considerando que tais agentes desempenham papel central na operacionalização das ações preventivas. Assim, o problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em responder à seguinte questão: qual é a percepção dos policiais militares da Polícia Militar do Pará acerca do Programa PMZITO como estratégia de prevenção primária no enfrentamento da criminalidade? A partir desse problema, define-se como objetivo geral analisar a percepção dos policiais militares da Polícia Militar do Pará sobre o Programa PMZITO como estratégia de prevenção primária no âmbito da segurança pública. Como objetivos específicos, busca-se identificar o nível de conhecimento dos policiais militares acerca do programa, verificar seu grau de participação nas ações desenvolvidas, analisar a compreensão sobre seu papel na prevenção da criminalidade, avaliar sua importância institucional e identificar possíveis lacunas, desafios e limitações na sua execução no âmbito da PMPA.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de fortalecimento das políticas públicas de prevenção no âmbito da segurança pública, especialmente aquelas voltadas à formação cidadã e à redução da criminalidade em suas causas estruturais. O Programa PMZITO, ao atuar diretamente com crianças e adolescentes, configura-se como uma importante estratégia institucional de prevenção primária, alinhada aos princípios da polícia comunitária e da promoção dos direitos humanos. Assim, compreender a percepção dos policiais militares acerca do programa torna-se fundamental para o aperfeiçoamento de sua execução e para o fortalecimento de uma cultura institucional voltada à segurança pública cidadã, preventiva e integrada.

MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem quantitativa e qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como objetivo analisar a percepção dos policiais militares da Polícia Militar do Pará acerca do Programa PMZITO como estratégia de prevenção primária no âmbito da segurança pública. A adoção dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, de forma integrada, tanto aspectos objetivos, por meio de dados mensuráveis, quanto aspectos subjetivos relacionados às percepções dos participantes, possibilitando uma análise mais abrangente do fenômeno investigado (SECCHI, 2013). Trata-se de uma pesquisa de campo, realizada por meio da aplicação de questionário estruturado, o que permite a coleta de dados diretamente na realidade estudada, contribuindo para maior fidedignidade dos resultados (GIL, 2019).

A população da pesquisa é composta por policiais militares pertencentes à Polícia Militar do Pará, especialmente aqueles que possuem contato direto ou indireto com o Programa PMZITO. A amostra foi definida por conveniência, considerando a acessibilidade dos participantes e sua disponibilidade em responder ao instrumento de coleta de dados, totalizando 100 policiais militares respondentes. Foram incluídos na pesquisa policiais militares em atividade na Corporação, que possuíam conhecimento prévio ou algum tipo de contato com o programa e que concordaram em participar voluntariamente do estudo. Foram excluídos aqueles que não apresentaram conhecimento sobre o PMZITO ou que não responderam integralmente ao questionário.

O instrumento de coleta de dados consistiu em questionário estruturado, aplicado em meio digital pela plataforma Google Forms, composto por questões objetivas e subjetivas organizadas em blocos temáticos. Inicialmente, foram coletadas informações básicas para caracterização dos participantes, solicitando-se apenas o primeiro nome, a fim de preservar o anonimato e garantir a confidencialidade dos respondentes, sem coleta de dados pessoais sensíveis. Em seguida, foram incluídas questões relacionadas ao nível de conhecimento sobre o Programa PMZITO, abrangendo o reconhecimento da iniciativa e a autoavaliação dos participantes. Posteriormente, foram apresentadas perguntas sobre a participação dos policiais militares em atividades vinculadas ao programa. Na sequência, abordaram-se aspectos referentes à percepção dos respondentes sobre a contribuição do PMZITO para a prevenção da criminalidade, para o fortalecimento da relação entre polícia e comunidade e para a sua importância institucional. Por fim, foram incluídas questões abertas destinadas à identificação

de desafios, limitações e sugestões de melhoria, permitindo a obtenção de dados qualitativos relevantes para a análise.

A coleta de dados foi realizada por meio da disponibilização do questionário em ambiente virtual, com divulgação entre policiais militares por meio de canais institucionais e redes de comunicação interna. A participação ocorreu de forma voluntária, sem identificação dos respondentes, assegurando o anonimato e a confidencialidade das informações. Os dados coletados foram organizados e analisados por meio de estatística descritiva, com utilização de frequências absolutas e relativas, sendo os resultados apresentados em tabelas e gráficos, o que possibilita a identificação de padrões e tendências (CRESWELL, 2014). As respostas discursivas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), permitindo a categorização das percepções e a interpretação dos significados atribuídos pelos participantes.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa respeitou os princípios estabelecidos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, assegurando a participação voluntária, o anonimato e a confidencialidade dos dados (BRASIL, 2016). Foi garantido aos participantes o direito de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Por se tratar de um estudo baseado em percepção institucional, sem identificação dos participantes, os riscos foram considerados mínimos. Ademais, a pesquisa foi conduzida de forma independente, respeitando os princípios éticos e institucionais, sem a necessidade de solicitação de autorização formal junto à Polícia Militar do Pará, uma vez que não houve utilização de dados institucionais sigilosos nem identificação dos participantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segurança pública contemporânea e políticas de prevenção

A segurança pública contemporânea tem sido marcada por uma mudança paradigmática, caracterizada pela superação de modelos centrados exclusivamente na repressão e pela incorporação de estratégias preventivas voltadas à redução das causas estruturais da criminalidade. Nesse contexto, a formulação e implementação de políticas públicas passam a considerar a complexidade dos fenômenos sociais que influenciam a violência, exigindo

abordagens integradas e multidimensionais (SECCHI, 2013). Dessa forma, a prevenção assume papel estratégico na construção de uma segurança pública mais eficaz e sustentável.

De acordo com Bayley (2001), as instituições policiais modernas devem ampliar sua atuação para além do controle do crime, incorporando práticas preventivas e comunitárias que promovam a aproximação com a sociedade. Nesse sentido, Ratcliffe (2016) destaca que o policiamento orientado à análise de problemas e ao uso de dados permite uma atuação mais eficiente, antecipando riscos e reduzindo a incidência de delitos. Tais perspectivas reforçam a necessidade de uma atuação policial que combine repressão qualificada com prevenção estruturada.

Estudos mais recentes apontam que políticas públicas de segurança que incorporam ações preventivas apresentam maior efetividade na redução da criminalidade. Braga, Weisburd e Turchan (2018) evidenciam que intervenções baseadas na resolução de problemas produzem resultados mais consistentes do que abordagens exclusivamente reativas. De forma complementar, Nunes e Costa (2021) afirmam que a integração entre ações sociais e segurança pública é fundamental para a construção de respostas mais duradouras aos fenômenos da violência.

Prevenção primária e sua relevância na redução da criminalidade

7

A prevenção primária caracteriza-se por intervenções que atuam antes da ocorrência do delito, com foco na redução de fatores de risco e no fortalecimento de fatores de proteção social. Essa abordagem busca promover mudanças comportamentais e sociais por meio de ações educativas, culturais e comunitárias, especialmente direcionadas a públicos em situação de vulnerabilidade (WELSH; FARRINGTON, 2009).

Clarke (1997), ao desenvolver a teoria da prevenção situacional do crime, destaca a importância de reduzir oportunidades para a prática delitiva, por meio de intervenções no ambiente social e comportamental. Embora essa abordagem seja frequentemente aplicada em contextos urbanos e ambientais, ela também se articula com estratégias educativas, especialmente quando voltada à formação de jovens em contextos de risco (CLARKE, 1997).

No plano internacional, organismos como o United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC (2018) destacam que programas de prevenção voltados a crianças e adolescentes apresentam maior eficácia quando combinam educação, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e fortalecimento de vínculos institucionais. De forma semelhante, o European

Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction – EMCDDA (2019) aponta que intervenções precoces são fundamentais para reduzir comportamentos de risco e prevenir a entrada de jovens em trajetórias de criminalidade.

Polícia comunitária e prevenção: aproximação entre polícia e sociedade

O modelo de polícia comunitária constitui um dos principais referenciais teóricos da segurança pública preventiva, ao propor uma atuação policial baseada na proximidade com a comunidade e na construção de confiança social. Segundo Bayley (2001), esse modelo representa uma evolução das práticas tradicionais de policiamento, ao incorporar a participação social na identificação e resolução de problemas de segurança.

Ratcliffe (2016) reforça que o policiamento orientado à comunidade permite uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais que influenciam a criminalidade, possibilitando intervenções mais eficazes e sustentáveis. Nesse sentido, a atuação policial passa a incluir dimensões educativas e sociais, contribuindo para a construção de uma cultura de paz.

No contexto brasileiro, Cano e Ribeiro (2020) destacam que a aproximação entre polícia e comunidade contribui significativamente para a redução da violência e para o aumento da confiança institucional. Dessa forma, programas sociais desenvolvidos pelas polícias militares configuram-se como instrumentos relevantes de prevenção primária e fortalecimento do vínculo social.

8

O Programa PMZITO como estratégia institucional de prevenção primária

No âmbito da Polícia Militar do Pará (PMPA), o Programa PMZITO representa uma estratégia institucional alinhada aos princípios da prevenção primária e da polícia comunitária. Instituído pela Portaria nº 50/2022 – GAB CMDº, o programa possui caráter preventivo e constitui atividade-fim da Corporação, sendo voltado à formação cidadã de crianças e adolescentes com base nos direitos humanos e na filosofia de polícia comunitária (PARÁ, 2022).

A normativa estabelece que o programa possui características de prevenção primária, evidenciando sua convergência com os referenciais teóricos da segurança pública contemporânea. Além disso, a estrutura curricular do PMZITO contempla conteúdos como ética, cidadania, direitos humanos, prevenção ao uso de drogas e educação ambiental, reforçando sua abordagem pedagógica e formativa (PARÁ, 2022).

No plano operacional, documentos institucionais demonstram a execução do programa em unidades como o 1º Batalhão de Polícia Militar, com desenvolvimento de atividades educativas, acompanhamento sistemático dos participantes e organização pedagógica das ações (PARÁ, 2024). Ademais, a realização de cursos de capacitação, como o Curso de Monitor PMZITO, evidencia a preocupação institucional com a qualificação dos policiais militares para atuação em programas preventivos (PARÁ, 2024).

Limites e desafios da implementação de políticas preventivas

Apesar da consistência teórica e normativa das políticas de prevenção primária, sua efetividade depende diretamente da fase de implementação, que envolve fatores como compreensão, adesão e engajamento dos agentes responsáveis por sua execução. Conforme Secchi (2013), a implementação constitui uma das etapas mais críticas do ciclo de políticas públicas, sendo comum a existência de lacunas entre o planejamento e a prática.

Estudos recentes indicam que a efetividade de programas preventivos no âmbito policial pode ser comprometida por fatores institucionais, como resistência organizacional, falta de capacitação e baixa valorização das ações preventivas em comparação às atividades operacionais (NUNES; COSTA, 2021). Nesse sentido, a análise da percepção dos policiais militares torna-se essencial para compreender os limites e as potencialidades dessas políticas.

Dessa forma, investigar a percepção dos policiais militares acerca do Programa PMZITO configura-se como uma contribuição relevante para a segurança pública, pois permite identificar fragilidades na implementação e propor melhorias, fortalecendo a atuação preventiva e a consolidação de uma cultura institucional orientada à cidadania e à promoção da paz social (SECCHI, 2013).

O programa PMZITO no estado do Pará como estratégia de prevenção primária

O Programa PMZITO, desenvolvido pela Polícia Militar do Pará (PMPA), configura-se como uma relevante estratégia institucional de prevenção primária da criminalidade, ao atuar diretamente na formação cidadã de crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade social. Inserido no âmbito das políticas públicas de segurança, o programa representa a incorporação de um modelo contemporâneo de atuação policial, que ultrapassa a lógica exclusivamente repressiva e passa a valorizar ações educativas, sociais e comunitárias como instrumentos fundamentais para a promoção da segurança pública (PARÁ, 2022). Nesse

sentido, o PMZITO alinha-se aos princípios da polícia comunitária, que defendem a aproximação entre polícia e sociedade como elemento essencial para a prevenção da violência (BAYLEY, 2001).

Instituído pela Portaria nº 50/2022 – GAB CMD^o, o Programa PMZITO é reconhecido como atividade-fim da Corporação, possuindo caráter preventivo e educativo, com a finalidade de contribuir para a formação integral de crianças e adolescentes, por meio do desenvolvimento de valores éticos, cidadania, disciplina e respeito aos direitos humanos (PARÁ, 2022). Conforme previsto em sua regulamentação, o programa apresenta uma estrutura pedagógica organizada, baseada em uma malha curricular obrigatória que contempla conteúdos como ética e cidadania, direitos humanos aplicados, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevenção ao uso de drogas, educação ambiental, educação para o trânsito, noções de primeiros socorros e atividades físicas orientadas, evidenciando sua natureza formativa e multidisciplinar (PARÁ, 2022).

Além disso, o manual e as diretrizes do PMZITO estabelecem que a execução das atividades deve ser conduzida por policiais militares capacitados, denominados monitores, que atuam não apenas como agentes de segurança, mas também como educadores sociais, responsáveis pela condução das atividades pedagógicas e pela formação dos participantes. A capacitação desses profissionais, conforme evidenciado em cursos específicos como o Curso de Monitor PMZITO, demonstra a preocupação institucional com a qualificação técnica e pedagógica dos agentes envolvidos, reforçando a compreensão de que a prevenção exige preparo adequado e atuação qualificada (PARÁ, 2024).

No plano metodológico, o programa adota uma abordagem pedagógica estruturada, com planejamento sistemático das atividades, acompanhamento contínuo dos participantes e desenvolvimento de ações que visam à construção de valores e competências sociais. A organização das atividades inclui momentos de instrução, práticas educativas, atividades físicas e avaliação comportamental, evidenciando uma proposta que articula disciplina, educação e inclusão social (PARÁ, 2022). Tal estrutura reforça o entendimento de que a prevenção da criminalidade não se limita a intervenções pontuais, mas requer processos contínuos de formação e acompanhamento.

Sob a perspectiva teórica, o PMZITO pode ser compreendido como uma política pública de prevenção primária, uma vez que atua antes da ocorrência do delito, buscando intervir nas causas estruturais da violência. Conforme Welsh e Farrington (2009), programas voltados à juventude que promovem o desenvolvimento social e o fortalecimento de vínculos apresentam

maior efetividade na redução da criminalidade a longo prazo. Nesse sentido, o PMZITO contribui para a diminuição de fatores de risco, como evasão escolar, exposição à violência e envolvimento com drogas, ao mesmo tempo em que fortalece fatores de proteção social.

Entretanto, apesar da robustez normativa e pedagógica do programa, sua efetividade depende diretamente da forma como é implementado no âmbito institucional. Conforme Secchi (2013), a implementação constitui uma das etapas mais críticas das políticas públicas, sendo comum a existência de lacunas entre o planejamento e a execução. Nesse sentido, desafios como a baixa participação de policiais militares, a insuficiente disseminação do conhecimento sobre o programa e a persistência de uma cultura organizacional voltada predominantemente à repressão podem comprometer o alcance dos resultados esperados.

Além disso, a literatura aponta que a consolidação de programas preventivos no âmbito policial exige transformação cultural, valorização institucional e investimento contínuo em capacitação. Segundo Cano e Ribeiro (2020), a efetividade de estratégias de polícia comunitária depende do engajamento dos agentes e da incorporação de práticas preventivas como parte integrante da missão institucional. Dessa forma, o fortalecimento do PMZITO no Estado do Pará passa necessariamente pela ampliação de sua abrangência, pela qualificação dos policiais envolvidos e pela consolidação de uma cultura organizacional orientada à prevenção.

11

Diante disso, o Programa PMZITO apresenta-se como uma iniciativa alinhada aos princípios contemporâneos da segurança pública cidadã, contribuindo para a promoção da inclusão social, o fortalecimento da relação entre polícia e comunidade e a construção de uma cultura de paz. Contudo, sua efetividade está condicionada à sua plena internalização no âmbito institucional, o que exige não apenas sua regulamentação formal, mas também o engajamento ativo dos policiais militares e o reconhecimento de sua importância estratégica na prevenção da criminalidade (SECCHI, 2013; RATCLIFFE, 2016).

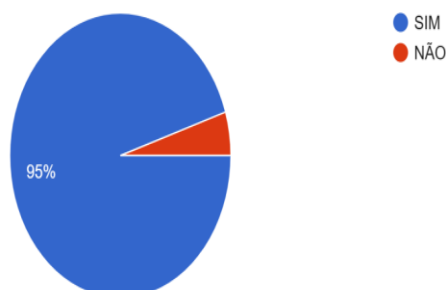
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram obtidos a partir da aplicação de questionário estruturado a 100 policiais militares da Polícia Militar do Pará, com o objetivo de analisar o nível de conhecimento, participação e percepção acerca do Programa PMZITO enquanto estratégia de prevenção primária. A análise dos dados permitiu identificar avanços institucionais, bem como fragilidades relacionadas à implementação e internalização do programa.

Figura 1 – Conhecimento prévio sobre o Programa PMZITO

1. Você já ouviu falar do PROGRAMA PMZITO desenvolvido pela Polícia Militar do Pará

101 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

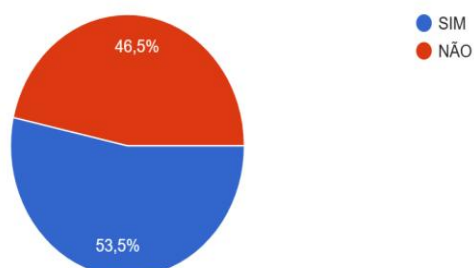
Os resultados indicam que aproximadamente 95% dos policiais militares afirmaram já ter ouvido falar do Programa PMZITO, enquanto cerca de 5% declararam desconhecimento. Esse dado evidencia elevada visibilidade institucional do programa no âmbito da Corporação, sugerindo que a iniciativa já se encontra difundida entre os integrantes da PMPA. Contudo, o conhecimento inicial não implica necessariamente compreensão aprofundada, sendo necessário analisar outros indicadores.

12

Figura 2 – Conhecimento dos fundamentos do PMZITO

2. Você sabe os conceitos, fundamentos e objetivos do PROGRAMA PMZITO?

101 respostas

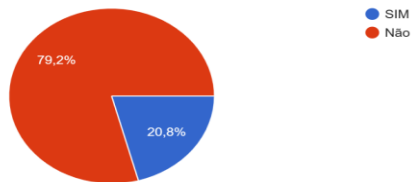


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observa-se que apenas 53,5% dos respondentes afirmaram conhecer os conceitos, fundamentos e objetivos do programa, enquanto 46,5% declararam desconhecimento. Esse resultado revela uma lacuna significativa entre o reconhecimento do programa e sua efetiva compreensão. Tal cenário evidencia fragilidade na disseminação institucional do conhecimento, comprometendo a execução qualificada das ações, conforme apontado por Secchi (2013) ao tratar da importância da internalização das políticas públicas.

Figura 3 – Participação em atividades do PMZITO

3. Você já participou diretamente de alguma atividade ou ação social vinculada ao Programa PMZITO?
101 respostas

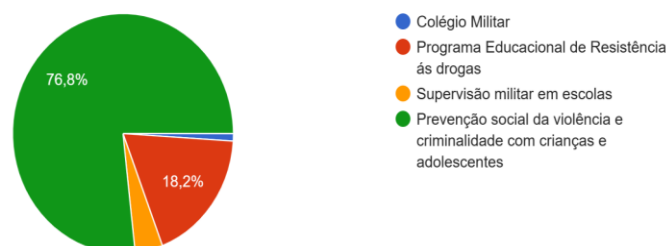


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os dados demonstram que apenas 20,8% dos policiais militares participaram diretamente de atividades vinculadas ao programa, enquanto 79,2% nunca tiveram envolvimento. Esse resultado evidencia baixa inserção prática do PMZITO na rotina institucional, indicando que, apesar de conhecido, o programa ainda não está amplamente operacionalizado. Tal situação pode comprometer sua efetividade enquanto política de prevenção primária, uma vez que depende diretamente da atuação dos agentes executores.

Figura 4 – Finalidade do Programa PMZITO

4. O Programa PMZITO é uma iniciativa da Polícia Militar voltada principalmente para:
99 respostas

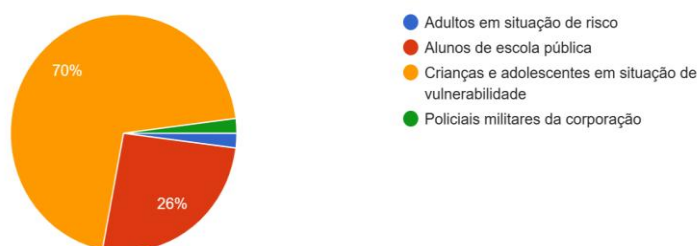


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A maioria dos respondentes (76,8%) identificou corretamente o programa como uma estratégia de prevenção social da violência voltada a crianças e adolescentes, enquanto uma parcela minoritária apresentou interpretações equivocadas. Esse resultado demonstra que, embora exista limitação no conhecimento técnico, há uma percepção intuitiva adequada sobre a finalidade do programa.

Figura 5 – Público-alvo do PMZITO

5. O principal público-alvo do Programa PMZITO é:
100 respostas

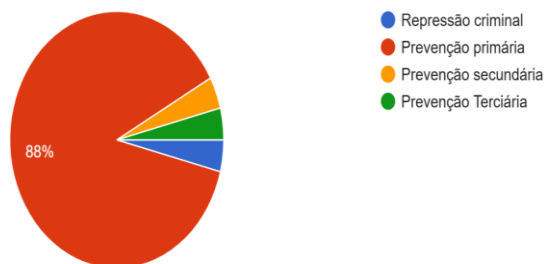


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observa-se que 70% dos participantes identificaram corretamente o público-alvo como crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, enquanto 30% associaram o programa, de forma equivocada, a outros grupos. Tal dado reforça a existência de conhecimento parcial sobre o PMZITO, indicando a necessidade de maior disseminação institucional de suas diretrizes.

Figura 6 – Estratégia de atuação do programa

6.0 Programa PMZITO atua principalmente em qual tipo de estratégia de segurança pública?
100 respostas



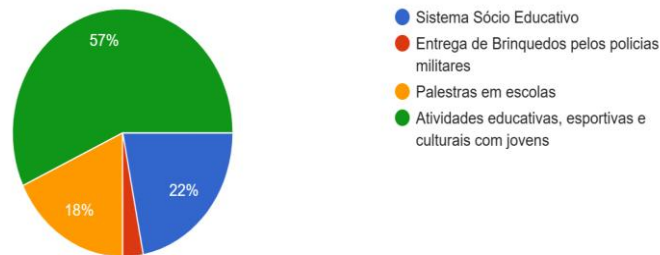
Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os resultados indicam que aproximadamente 88% dos respondentes reconhecem o PMZITO como estratégia de prevenção primária. Esse dado demonstra alinhamento conceitual com os modelos contemporâneos de segurança pública, que priorizam a prevenção como elemento fundamental para redução da criminalidade (RATCLIFFE, 2016).

Figura 7 – Ações desenvolvidas pelo programa

7. Entre as ações desenvolvidas pelo Programa PMZITO, podemos citar:

100 respostas



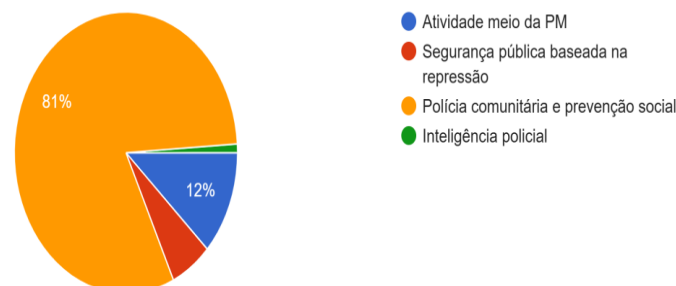
Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A maioria dos participantes (57%) identificou corretamente que o programa desenvolve atividades educativas, esportivas e culturais, enquanto outros apresentaram compreensão parcial. Esse resultado evidencia que o programa é reconhecido como instrumento de intervenção social, ainda que com limitações na compreensão de sua abrangência.

Figura 8 – Natureza do programa

8. O Programa PMZITO pode ser considerado uma política de:

100 respostas

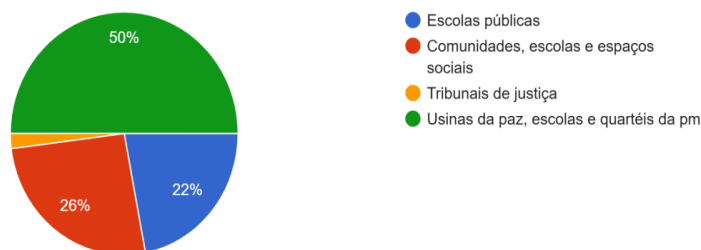


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observa-se que 81% dos respondentes reconhecem o PMZITO como uma política de polícia comunitária e prevenção social, demonstrando forte alinhamento com os princípios da segurança pública cidadã.

Figura 9 – Locais de atuação do PMZITO

9. As atividades do Programa PMZITO normalmente são desenvolvidas em
100 respostas

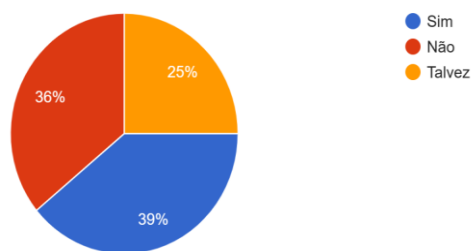


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os dados indicam que 50% dos participantes reconhecem corretamente que o programa atua em Usinas da Paz, escolas e quartéis da PM, enquanto outros apresentam percepções parciais. Isso demonstra conhecimento moderado sobre a operacionalização do programa.

Figura 10 – Conhecimento das unidades responsáveis

10. Você saberia identificar quais unidades ou setores da PMPA são responsáveis pela execução do Programa PMZITO?
100 respostas

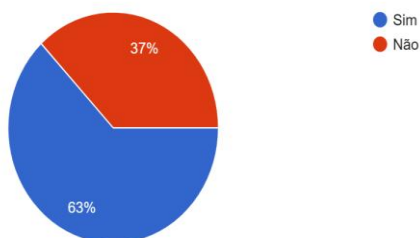


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Apenas 39% dos respondentes afirmaram conhecer as unidades responsáveis pela execução do programa, enquanto a maioria indicou desconhecimento ou dúvida. Esse resultado evidencia fragilidade na estrutura de comunicação institucional.

Figura 11 – PMZITO como atividade-fim da PMPA

11. Na sua opinião o Programa Social pmzito faz parte da atividade fim da Polícia Militar ?
100 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observa-se que 37% dos policiais não reconhecem o PMZITO como atividade-fim da Corporação, apesar de sua previsão normativa. Esse dado revela uma dissociação entre a norma institucional e a percepção da tropa, indicando a necessidade de fortalecimento da cultura organizacional voltada à prevenção.

Síntese dos resultados e proposta de intervenção para a tropa

A análise dos dados evidenciou que o Programa PMZITO apresenta elevado nível de reconhecimento institucional no âmbito da Polícia Militar do Pará, contudo, ainda enfrenta fragilidades relacionadas à compreensão conceitual, à participação efetiva e à internalização de seus princípios pelos policiais militares. Embora a maioria dos respondentes reconheça o programa e identifique sua finalidade preventiva, observa-se que esse conhecimento não se traduz, de forma consistente, em engajamento prático ou domínio técnico, revelando uma lacuna entre a dimensão normativa e a execução institucional.

Nesse sentido, os resultados apontam que a efetividade do Programa PMZITO, enquanto estratégia de prevenção primária, depende diretamente do fortalecimento da atuação da tropa, especialmente no que se refere à capacitação, à sensibilização e à valorização das ações preventivas. Conforme Secchi (2013), a implementação de políticas públicas constitui etapa decisiva para o alcance dos resultados, sendo imprescindível o alinhamento entre diretrizes institucionais e atuação dos agentes executores.

Diante desse cenário, propõe-se, como medida de aprimoramento institucional, a implementação de um plano estratégico voltado à tropa, com foco no fortalecimento do Programa PMZITO. Nesse contexto, evidencia-se, como eixo central dessa proposta, a

ampliação das ações de qualificação profissional, por meio da oferta contínua e sistematizada de capacitações, cursos, instruções e treinamentos específicas sobre o programa. Tais ações formativas devem contemplar não apenas seus fundamentos e objetivos, mas também sua estrutura pedagógica e sua relevância estratégica no âmbito da segurança pública preventiva.

A adoção dessa medida busca enfrentar diretamente as lacunas de conhecimento identificadas na pesquisa, promovendo maior preparo técnico e alinhamento institucional dos policiais militares. Ademais, contribui para o fortalecimento da atuação da tropa em projetos sociais, consolidando o PMZITO como instrumento efetivo de prevenção primária, aproximação comunitária e promoção da cidadania.

Além disso, recomenda-se o fortalecimento da comunicação institucional, por meio da divulgação sistemática de informações sobre o Programa PMZITO, nas instruções de rotina, como as paradas matinais e os “paradões”, além dos demais canais oficiais da Corporação (site oficial da PMPA, boletins internos e demais canais oficiais). Tal estratégia visa ampliar o alcance informacional do programa, promovendo maior visibilidade junto à tropa e contribuindo para a consolidação de sua identidade institucional. Nesse contexto, a implementação de campanhas internas de sensibilização revela-se igualmente relevante, na medida em que favorece o reconhecimento do PMZITO como atividade-fim da Polícia Militar, reforçando sua importância no âmbito da prevenção e da aproximação comunitária.

18

Outro aspecto fundamental refere-se ao estímulo à participação da tropa nas ações do programa, tanto no campo operacional quanto no administrativo. No âmbito operacional, sugere-se a ampliação da capacidade de atuação do PMZITO, com sua implementação em maior número de batalhões, de modo a expandir territorialmente suas ações e potencializar a participação dos policiais e seus impactos sociais. No plano administrativo, destaca-se a necessidade de consolidar o programa como parte integrante da estrutura institucional da Corporação, fortalecendo sua inserção nos dados estatísticos de produtividade mensal dos batalhões. Ademais, recomenda-se a valorização dos policiais militares que atuam no programa, por meio de mecanismos institucionais como concessão de jornada extraordinária e folgas compensatórias, reconhecendo o engajamento desses profissionais em atividades de caráter preventivo e social. Conforme destaca Ratcliffe (2016), o engajamento dos agentes constitui elemento essencial para a efetividade das estratégias de prevenção, o que reforça a importância de políticas institucionais voltadas à motivação e ao reconhecimento da tropa.

Adicionalmente, recomenda-se o fortalecimento da supervisão e acompanhamento das ações do programa, por meio da definição de metas, indicadores de desempenho e avaliação contínua das atividades desenvolvidas, garantindo maior controle e efetividade na execução. A institucionalização de relatórios periódicos pode contribuir para a melhoria da gestão e para a tomada de decisões estratégicas.

Por fim, destaca-se a importância da consolidação de uma cultura organizacional orientada à prevenção, na qual as ações educativas e sociais sejam reconhecidas como parte integrante da missão institucional da Polícia Militar do Pará. Tal transformação exige não apenas mudanças estruturais, mas também a valorização simbólica das práticas preventivas no âmbito da Corporação, contribuindo para a construção de uma segurança pública mais humanizada, integrada e eficaz.

Dessa forma, conclui-se que o Programa PMZITO possui elevado potencial como instrumento de prevenção primária, contribuindo diretamente para a missão institucional da PMPA. No entanto, sua consolidação depende do fortalecimento da atuação da tropa, sendo as medidas propostas fundamentais para a ampliação de sua efetividade e para o alinhamento entre teoria, norma e prática institucional.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa possibilitou analisar a percepção dos policiais militares da Polícia Militar do Pará acerca do Programa PMZITO como estratégia de prevenção primária, evidenciando aspectos relevantes relacionados ao nível de conhecimento, participação e compreensão institucional do programa. Os resultados demonstraram que, embora o PMZITO possua elevada visibilidade na Corporação, ainda existem fragilidades no que se refere à sua internalização, especialmente quanto ao domínio conceitual, à participação efetiva da tropa e ao reconhecimento do programa como atividade-fim institucional.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o campo da segurança pública ao reforçar a importância das estratégias de prevenção primária e da polícia comunitária como elementos fundamentais para o enfrentamento da criminalidade. Os achados corroboram a literatura ao evidenciar que a efetividade das políticas públicas depende não apenas de sua formulação normativa, mas também da forma como são compreendidas e executadas pelos agentes institucionais (SECCHI, 2013; RATCLIFFE, 2016). Dessa forma, a pesquisa amplia o

debate acadêmico ao demonstrar a existência de lacunas entre teoria, norma e prática no contexto da segurança pública.

No que se refere às implicações práticas, os resultados apresentam contribuições diretas para a missão institucional da Polícia Militar do Pará, tanto em suas atividades-meio quanto em suas atividades-fim. No âmbito das atividades-fim, o fortalecimento do Programa PMZITO representa uma estratégia relevante para a prevenção da criminalidade, por meio da formação cidadã e da atuação junto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Já no âmbito das atividades-meio, os resultados evidenciam a necessidade de aprimoramento da gestão institucional, especialmente no que diz respeito à capacitação da tropa, à comunicação organizacional e ao planejamento estratégico das ações preventivas.

A pesquisa também aponta a necessidade de adoção de medidas institucionais voltadas ao fortalecimento do programa, tais como a ampliação das ações de capacitação dos policiais militares, o incentivo à participação da tropa nas atividades do PMZITO, a melhoria dos mecanismos de divulgação interna e a valorização das práticas preventivas no âmbito da Corporação. Tais medidas são essenciais para garantir maior efetividade na implementação do programa e para promover o alinhamento entre a dimensão normativa e a prática institucional.

Dessa forma, conclui-se que o Programa PMZITO apresenta elevado potencial como instrumento de prevenção primária, contribuindo diretamente para a missão institucional da Polícia Militar do Pará. No entanto, sua consolidação depende do fortalecimento de sua implementação e do engajamento efetivo da tropa, sendo imprescindível a adoção de estratégias que promovam sua internalização e valorização no contexto organizacional.

Por fim, destaca-se que o presente estudo apresenta implicações relevantes tanto no campo teórico quanto no prático, ao oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas de segurança no âmbito da PMPA, contribuindo para o desenvolvimento de uma atuação policial mais preventiva, cidadã e alinhada às demandas sociais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: EDUSP, 2001.

BRAGA, Anthony A.; WEISBURD, David L.; TURCHAN, Brandon. *Focused deterrence strategies and crime control: an updated systematic review and meta-analysis*. *Criminology & Public Policy*, v. 17, n. 1, p. 205-250, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*. Brasília: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Brasília, 2016.

CANO, Ignacio; RIBEIRO, Eduardo. *Segurança pública e violência no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2020.

CLARKE, Ronald V. *Situational crime prevention: successful case studies*. 2. ed. Albany: Harrow and Heston, 1997.

CRESWELL, John W. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais: fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

EMCDDA – European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction. *European prevention curriculum: a handbook for decision-makers*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2019.

FERRAZ, Octavio Luiz Motta; VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direitos fundamentais e políticas públicas*. São Paulo: Malheiros, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: FBSP, 2023.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KITCHIN, Rob. The real-time city? Big data and smart urbanism. *GeoJournal*, v. 79, n. 1, p. 1–14, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NUNES, Marcelo; COSTA, Arthur. *Políticas públicas de segurança e prevenção da violência no Brasil*. Brasília: Ipea, 2021.

PARÁ (Estado). Governo do Estado do Pará. *Programa Segurança por Todo o Pará: políticas públicas de prevenção social*. Belém: Governo do Estado do Pará, 2022.

PARÁ (Estado). Polícia Militar do Pará. *Portaria nº 50/2022 – GAB CMDº: institui o Programa PMZITO*. Belém: PMPA, 2022.

PARÁ (Estado). Polícia Militar do Pará. *Manual do Programa PMZITO: diretrizes pedagógicas e operacionais*. Belém: PMPA, 2022.

PARÁ (Estado). Polícia Militar do Pará. *Boletim Geral da PMPA: implementação do Programa PMZITO*. Belém: PMPA, 2022.

PARÁ (Estado). Polícia Militar do Pará. *Curso de Formação de Monitores PMZITO*. Belém: PMPA, 2024.

PARÁ (Estado). Polícia Militar do Pará. *Relatório de atividades do Programa PMZITO*. Belém: PMPA, 2024.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. *Relatório de gestão da segurança pública*. Belém: SEGUP, 2023.

RATCLIFFE, Jerry H. *Intelligence-led policing*. 2. ed. London: Routledge, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SHERMAN, Lawrence W. The rise of evidence-based policing. *Crime and Justice*, v. 42, n. 1, p. 377-451, 2013.

WEISBURD, David et al. Reforming to preserve: CompStat and strategic problem solving. *Criminology & Public Policy*, v. 2, n. 3, p. 421-456, 2003.

WELSH, Brandon C.; FARRINGTON, David P. Public area CCTV and crime prevention. *Justice Quarterly*, v. 26, n. 4, p. 716-745, 2009.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. *International standards on drug use prevention*. Vienna: UNODC, 2018.